

Rejeição de nomes para CNMP causa polêmica

O Plenário do Senado aprovou ontem cinco nomes e rejeitou dois para o Conselho Nacional do Ministério Público. Os indicados haviam sido sabatinados e aprovados pela Comissão de Justiça. **3**



Demostenes (com as mãos levantadas) lamenta a decisão do Plenário de rejeitar as indicações

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 3.051 – Brasília, quarta-feira, 1º de julho de 2009

Lei Rouanet beneficiará técnico de audiovisual

O aprimoramento profissional de operadores de câmera e de áudio será beneficiado pela Lei Rouanet, segundo projeto aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. **8**

Títulos da dívida de agronegócio no mercado

Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos autoriza cooperativas de crédito e demais operadores do setor agroindustrial a emitir títulos da dívida de agronegócios. **6**

Renegociação de dívida rural segue para a CAE

Projeto aprovado na CRA permite a produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste refinanciar dívidas, com adequação de prazos, de 70% do valor das garantias ou 40% do saldo devedor. **7**



Sarney (que presidiu homenagem a servidores) afirma que nem examina saída



Mercadante (esq., com Suplicy) anuncia que PT deve reunir-se hoje com Sarney



Entre Renan (E) e Tuma, Agripino diz que DEM quer licença até o fim de apuração

Sarney nega afastamento, que divide partidos

Três partidos defendem licença do presidente do Senado, que conta com o apoio do PMDB e do PTB. Hoje o PT deve anunciar sua posição

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que nem sequer analisa a possibilidade de afastar-se da Presidência da Casa. A declaração de Sarney foi divulgada depois que as bancadas de três partidos – DEM, PSDB e PDT – pediram seu afastamento do cargo enquanto estiverem sendo realizadas investigações sobre supostas irregularidades administrativas na Casa. Já o PMDB e o PTB confirmaram apoio ao presidente do Senado. O PT, segundo anunciou seu líder, Aloizio Mercadante, deve reunir-se hoje de manhã com Sarney antes de posicionar-se sobre o assunto. A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti, manifestou-se contra movimentos para afastar o presidente da Casa. Já o PSOL protocolou na Secretaria-Geral da Mesa representação contra Sarney e o líder do PMDB, Renan Calheiros. **4 e 5**

Votação de projeto dos mototaxistas depende de MPs

O projeto que regula a profissão de mototaxistas e motoboys deverá ter prioridade em Plenário assim que forem votadas as medidas provisórias que trançam a pauta. Esse foi o acordo firmado ontem pelos líderes partidários. Já

o exame das medidas provisórias depende de acordo sobre a instalação da CPI criada para investigar suspeitas de irregularidades na Petrobras. A tentativa de votar a proposta foi acompanhada por representantes da categoria. **2**

Líderes partidários acertaram ontem que projeto que regulamenta atividade será apreciado pelo Plenário logo após a votação das três MPs que trancam a pauta

Expedito: empresas de ônibus pressionam contra mototáxis

O SENADOR EXPEDITO Júnior (PR-RO) afirmou em Plenário, com as galerias lotadas por motoboys, que representantes de empresas de ônibus urbanos estão percorrendo gabinetes tentando pressionar os congressistas para que não aprovem o projeto do Senado (PLS 203/01) que regulamenta a profissão de mototaxista e de motoboy.

– O Congresso tem de regulamentar essas atividades. São 3 milhões de pessoas que vivem disso – afirmou Expedito.

A proposta (PLS 203/01), aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça, é a 36ª da lista do Plenário, para votação. Antes, os senadores precisam examinar três



Para Expedito, regulamentação vai beneficiar 3 milhões de pessoas

medidas provisórias que estão obstruindo a pauta, pois foram assinadas há mais de 45 dias.

Mas o projeto deverá ter prioridade em Plenário, assim

que forem votadas as MPs. Foi o que ficou acertado ontem entre os líderes. Já a votação das medidas provisórias depende de acordo sobre a instalação da CPI da Petrobras.

Alguns senadores insistiram para que a Mesa colocasse o projeto em votação mesmo com a pauta trancada, mas o líder do DEM, José Agripino (RN), observou que isso não poderia ser feito. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a votação da primeira matéria que tranca a pauta, a MP 460/09, que tramita na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09, depende apenas de acordo entre a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e a liderança do governo.

“Gente simples sustenta a família com essa atividade”, afirma Paim

O projeto que regulamenta as atividades de motofrete foi defendido também por Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, é uma questão de justiça com os mototaxistas e motoboys aprovar a proposta rapidamente.

Paim argumentou que a aprovação da matéria permitirá que “gente simples que garante o sustento de sua família com a atividade” possa trabalhar de forma legal. Ele disse ainda que mototaxistas e motoboys são profissionais, “andam de capacete e fazem seu trabalho”.

Os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Jefferson Praia (PDT-AM) e Mário Couto (PSDB-

PA) também defenderam a aprovação do PLS 203/01.

Uergs

Paim lamentou ainda a atual situação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), que vive “um momento de total abandono”. O senador disse que tem recebido cartas e comunicados de pais, alunos, professores e funcionários da instituição relatando a precariedade e a falta de condições para o funcionamento dos *campi*.

Segundo Paim, há professores dando aula em disciplinas distintas de sua formação, faltam livros e material de laboratório, a instalação dos instrumentos é



Paim pede aprovação do projeto que regulamenta atividade de motofrete

ineficiente e precária e o orçamento da universidade encolheu. A decadência transformou o *campus* de Caxias do Sul em uma “universidade fantasma”, praticamente paralisada, sem alunos, lamentou.

– Faço um apelo para que a gente invista, mobilize o governo do estado e o federal para recuperarmos a Uergs.

Mozarildo critica reforma no Palácio do Planalto



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por empreender uma reforma no Palácio do Planalto ao custo de R\$ 78 milhões. De acordo com o senador, o governo iniciou os trabalhos sem procedimentos legais

exigidos pela fiscalização urbana.

– Como em toda obra pública, tem que haver uma placa dizendo do que se trata, qual o valor da obra e o prazo em que vai ser realizada. Como é que se faz a reforma do palácio do presidente da República e não se coloca essa placa? – indagou.

Segundo o jornal *Tribuna do Brasil*, citado por Mozarildo, a obra nem sequer tinha documentação, alvará e licença do canteiro. Além disso, uma escavação de aproximadamente 6,5 metros estaria colocando em risco o projeto, já tendo sido registrado um acidente. Essas irregularidades teriam levado inclusive ao embargo da obra.

Para Mozarildo, o gasto deve ser reprovado porque não é imprescindível e consome recursos que poderiam ser dirigidos para a construção de casas populares, por exemplo.

Crivella: decisão do STJ é “crime contra a infância”



Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou ontem a decisão tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de absolver dois homens que tiveram relações sexuais com adolescentes em Mato Grosso do Sul. O tribunal alegou o fato de elas serem “prostitutas” e o sexo não ter sido forçado.

– O Brasil todo ficou estarecido com essa sentença – protestou o parlamentar.

Crivella discordou da classificação de “prostitutas” atribuída às adolescentes pela 5ª Turma do tribunal, por entender que prostituição não é atividade reconhecida como profissão e só é tolerada como ocupação para maiores de 18 anos.

– Isso é um crime contra a infância e não podemos deixar que se transforme em jurisprudência para outros tribunais – assinalou Crivella.

O senador informou que apresentará projeto para tornar crime qualquer tipo de ato sexual com crianças e adolescentes, consentido ou mediante pagamento. Ele pediu que o projeto tenha votação urgente, a fim de que os juízes disponham do instrumento legal para julgar casos semelhantes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário permanece trancada por MPs

A sessão, às 14h, é deliberativa. A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (PLV 12 proveniente da Medida Provisória 460/09). Constam ainda na pauta duas MPs que abrem créditos extraordinários para diversos órgãos do Executivo.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside, a partir das 16h, a ordem do dia da sessão plenária.

CDR examina criação de ZPEs

Dois projetos que dispõem sobre a criação de zona de processamento de exportação (ZPE) nos municípios gaúchos de São Borja e Itaqui serão examinados, a partir das 9h30, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Outra proposta em pauta acrescenta ao Estatuto da Cidade a garantia de posse de área pública urbana a beneficiários de assentamento de baixa renda.

Cooperativas em debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 11h, audiência para instruir projeto que dispõe sobre cooperativas de trabalho e programa de fomento a essas entidades. Foram convidados os presidentes da Associação dos Médicos do Brasil, José Luiz Gomes do Amaral; do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; e da Federação Nacional das Cooperativas Médicas, José Augusto Ferreira.

Cadastro nacional de correntistas em análise na CCI

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI) analisa substitutivo à proposta que institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas. A matéria, se aprovada, obrigará as instituições financeiras a comunicar ao Banco Central a relação de seus clientes para compor esse banco de dados.

Transmissões ao vivo da Rádio Senado

O primeiro item na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) regulamenta as transmissões ao vivo, pela Rádio Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões do Senado e do Congresso. A partir das 8h30, a CCT também analisa 39 projetos de decreto legislativo sobre autorização para funcionamento de emissoras de rádio e TV.

Na CDH, facilidade de acesso para deficiente

Entre os 12 itens na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), está o projeto que obriga empresas públicas e privadas a fazerem adaptações para o acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A reunião está marcada para as 9h.

Audiência discute remuneração de professores

Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 10h, debate piso salarial, remuneração dos professores e aposentadoria especial para quem exerce o cargo de direção, coordenação e assistência pedagógica. Entre os convidados, estão os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão, e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho.

Jobim fala sobre estratégia de defesa na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouve às 9h, em audiência pública, o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele deverá falar sobre a estratégia nacional de defesa e esclarecer notícias divulgadas na imprensa a respeito da desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no estado do Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas. Logo após, o colegiado analisa a indicação de embaixadores. Na primeira parte da reunião, haverá aposição do retrato do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) na galeria de ex-presidentes da CRE.



César Borges lembrou os 31 anos do Polo Petroquímico de Camaçari

César Borges pede verbas para a segurança pública

Ao relatar viagem a vários municípios baianos, César Borges (PR-BA) chamou atenção para a precariedade do sistema de segurança pública no interior do estado e na capital. Lendo documento redigido por vereadores de Santa Luz, o senador criticou o governo estadual por, segundo ele, não garantir recursos para que as polícias militar e civil combatam os crimes.

César Borges também lembrou os 31 anos da fundação do Polo Petroquímico de Camaçari, região metropolitana de Salvador. Ele reclamou das dificuldades enfrentadas pelas indústrias, em razão da falta de adequados acessos rodoviários, ferroviários e portuários.

Por fim, o senador comentou carta de ex-alunos do Colégio Marista cobrando do governador Jaques Wagner que declare como de utilidade pública o prédio que sediou a instituição de ensino em Salvador.

Mão Santa cobra de Lula recursos para o Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) solicitou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que edite medida provisória destinando recursos para o Piauí, atingido há pouco mais de um mês pela enchente do rio Pirangi. A barragem de Algodões foi destruída, vitimando nove pessoas nos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes.

O senador lembrou que Lula já havia ajudado o Piauí na enchente do ano passado, logo após ter socorrido Santa Catarina pelo mesmo motivo. Na época, assinalou, o presidente editou medida provisória que liberava R\$ 1 bilhão, dividido entre dez estados, nove do Nordeste e o Amazonas. Segundo Mão Santa, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), propagandeou em todo o estado que havia conseguido R\$ 800 milhões do governo federal.

– A mentira tem perna curta – afirmou.



Mão Santa lembra que estado foi atingido por cheias um mês atrás

Demostenes e Mercadante criticaram votos desfavoráveis às indicações de Nicolao Dino e Diaulas Ribeiro, considerando que foram, na verdade, protestos contra o Ministério Público

Plenário rejeita dois nomes para Conselho Nacional do MP

QUANDO DOIS NOMES, entre os indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foram rejeitados ontem pelo Plenário, Demostenes Torres (DEM-GO) fez uma intervenção lamentando que os senadores estivessem, segundo ele, manifestando nas votações um protesto “contra a atuação do Ministério Público mais desregrado”.

Dos 12 nomes encaminhados ao Senado para o CNMP, cinco foram aprovados, dois rejeitados e os outros cinco constam da ordem do dia de hoje. Foram acolhidas as indicações do desembargador Sérgio Feltrin Corrêa, dos advogados Adilson Gurgel de Castro e Almino Afonso Fernandes e das procuradoras Sandra Lia Simon e Maria Ester Henrique Tavares.

Para Demostenes, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os senadores não tinham razão para rejeitar “os dois juristas respeitados no MP”. O primeiro deles foi o procurador Nicolao Dino de Castro, indicado para recondução ao posto. Ele recebeu 31 votos contra e 22 a favor – havia necessidade de pelo menos 41 votos “sim” para a aprovação. O segundo foi o promotor Diaulas Costa Ribeiro, do Distrito Fede-

ral. Faltaram dois votos para sua aprovação.

– Hoje sabemos que é um protesto, mas daqui a dez, 20 ou 30 anos isso vai estar marcado na biografia deles – afirmou Demostenes.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), também manifestou sua contrariedade. Após a rejeição de Nicolao Dino de Castro, ele disse que nenhum senador havia se manifestado contra o procurador e sugeriu nova votação. Marconi Perillo (PSDB-GO), que presidia a sessão, pediu um requerimento assinado por todos os líderes partidários solicitando a segunda votação.

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Flávio Arns (PT-PR), Papaléo Paes (PSDB-AP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) discordaram da repetição da votação, sustentando que seria uma desmoralização para o Senado.

Adiamento

Alguns senadores protestaram argumentando que a votação fora encerrada antes que eles digitassem seus votos nas bancadas. Entre eles estava o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do nome de Diaulas e que recomendara sua aprovação. Demostenes pediu

que o Plenário suspendesse as votações, pois os senadores estariam, “em seu protesto contra o MP, maculando o nome de juristas respeitados”. Ante os protestos, Marconi decidiu anular a votação do nome de Diaulas e convocou outra imediatamente. Na segunda votação, o nome do promotor do DF foi novamente rejeitado – 38 votos “sim”, 21 “não” e três abstenções. Marconi decidiu então encerrar as votações do dia, adiando inclusive a análise do requerimento dos líderes que pede nova votação para Nicolao Dino.

Conselho de Justiça

Além dos outros cinco indicados para o CNMP, o Plenário deve votar hoje os nomes de 11 indicados para o Conselho Nacional de Justiça, apresentados por tribunais superiores, pela Procuradoria-Geral da República e pela Ordem dos Advogados do Brasil. Todos eles já foram sabatinados pela CCJ e tiveram as indicações aprovadas.

Os dois conselhos, criados pela reforma do Judiciário de 2004, são encarregados, entre outras coisas, de julgar denúncias contra juízes, procuradores e outros integrantes do Judiciário. O mandato é de dois anos e o atual encerrou-se no último dia 12.



Rejeição de dois indicados para CNMP e pedidos de nova votação provocaram ontem polêmica entre os senadores

Senado aprova Abdalla para embaixador no Kuwait

A indicação de Roberto Abdalla para o cargo de embaixador do Brasil no Kuwait foi aprovada, com 50 votos favoráveis e 9 contrários, pelo Senado. Ele exercerá o cargo cumulativamente com o de embaixador junto ao Bahrein.

O Kuwait, emirado do Oriente Médio que faz fronteira com o Iraque, o Irã e a Arábia Saudita, detém a quinta maior reserva mundial de petróleo e gás natural. Com a economia restrita a poucos setores, como petroquímica, pesca e transporte marítimo, o governo autorizou, em 1999, medidas para estimular investimentos estrangeiros e a flexibilidade no setor comercial. Uma das metas prometidas por Abdalla é a de incluir projetos brasileiros entre os beneficiados com recursos da agência estatal kuwaitiana de financiamento a projetos de desenvolvimento. Ele informou que o Kuwait analisa a possibilidade de abrir a empresas estrangeiras a exploração de novas jazidas de petróleo ao norte do país.

Roberto Gurgel é indicado para procurador-geral

A indicação de Roberto Monteiro Gurgel Santos para o cargo de procurador-geral da República foi lida ontem em Plenário e despachada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele deverá ocupar a vaga decorrente do término do mandato de Antonio Fernando de Souza.

Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou que Roberto Gurgel foi vice-procurador da Justiça Eleitoral no período de 2002 a 2004. Também lembrou que o indicado é vice-procurador-geral da República desde julho de 2004.

– No cargo de vice-procurador-geral, Roberto Gurgel buscou o equilíbrio e a seriedade. Ele é um homem duro, mas justo. Sua experiência, sua vivência e o fato de ter sido o mais votado entre os procuradores do país valorizam essa indicação. É a segurança de que ele dará continuidade ao trabalho desenvolvido por Antonio Fernando de Souza – afirmou Mercadante.



Fundo deve subsidiar telefonia fixa para os mais pobres, diz senador

Roberto Cavalcanti cobra aplicação de recursos do Fust

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que dê “aplicação imediata” aos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O fundo, formado com a cobrança de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente da prestação de todos os serviços de telecomunicação do país, deveria ser usado para subsidiar a telefonia fixa para as camadas mais pobres da população, disse o parlamentar.

Criado há nove anos, o Fust já arrecadou mais de R\$ 6 bilhões em todo o período e, segundo Cavalcanti, “nenhum centavo foi aplicado” para prover a chamada universalização dos serviços de telecomunicação. São R\$ 770 milhões arrecadados anualmente. Destinar o montante para subsidiar o serviço de telefonia fixa só depende de um decreto presidencial, segundo declarou.

Cícero Lucena quer ajuda para centro de tecnologia

Cícero Lucena (PSDB-PB) solicitou o apoio do governo federal e do Ministério da Ciência e Tecnologia para a conclusão do projeto que prevê a instalação do Centro de Inovação Tecnológica Professor Telmo Araújo, em Campina Grande (PB), iniciado em 2008 a um custo de R\$ 14 milhões.

O investimento, disse, deve gerar inicialmente 500 postos de trabalho, com a instalação de mais de 50 empresas, entre elas Nokia, Motorola, Accenture, HP e Instituto Von Braun.

– Trago o apelo dos professores, alunos, técnicos e empresários que querem dar continuidade ao programa. Dezenas de empresas querem se instalar na Paraíba. Não podemos desperdiçar esse momento.

O senador lembrou que grande parcela da tecnologia do modelo brasileiro de TV digital foi desenvolvida na Paraíba, no Polo de Tecnologia de Campina Grande.



Conclusão do projeto deve gerar 500 postos de trabalho, diz Cícero Lucena

Genildo Magalhães



Sarney desmente a existência de pressões familiares para que se licencie

Sarney nega afastamento, que divide partidos

Três partidos — DEM, PSDB e PDT — pedem licenciamento do presidente do Senado, que recebe apoio do PMDB e do PTB; PSOL entra com representação no Conselho de Ética e PT adia tomada de posição para hoje

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, informou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que a possibilidade de afastar-se da Presidência da Casa "nem sequer está em análise". Sarney disse ainda que, ao contrário do que foi publicado pela imprensa, não está recebendo qualquer pressão familiar para deixar a Presidência do Senado e que, de qualquer forma, a decisão seria dele e não da família ou de outras pessoas.

A declaração de Sarney foi divulgada

no fim da tarde, depois que as bancadas de três partidos — DEM, PSDB e PDT — pediram o seu afastamento do cargo enquanto estiverem sendo realizadas investigações sobre supostas irregularidades administrativas na Casa. Já o PMDB e o PTB confirmaram o apoio a Sarney.

No fim da manhã, o PSOL já havia protocolado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar representações contra Sarney e o ex-presidente da Casa Renan

Calheiros (PMDB-AL).

No Plenário, após reunião da bancada, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que o partido defende o licenciamento do presidente durante as investigações das irregularidades administrativas.

Por entender que está difícil enfrentar as bases partidárias com as acusações de irregularidades que pesam sobre a instituição, o Democratas decidiu por consenso, em reunião da bancada pela

manhã, pedir a Sarney que se afaste da Presidência para assegurar completa isenção nas investigações que estão sendo conduzidas por comissões de sindicância, Ministério Público, Tribunal de Contas da União (TCU) e Polícia Federal.

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), também anunciou em Plenário que a bancada de seu partido decidiu recomendar que Sarney se licencie do cargo. Ele afirmou que não se trata de um prejulgamento do presidente.

— O que estamos fazendo é pedir que, ao se licenciar, ele permita uma investigação livre de qualquer influência e um julgamento isento — disse.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) leu em Plenário nota na qual o PMDB reitera o apoio ao presidente José Sarney. Ao comentar o pedido, feito por DEM, PDT e PSDB, de que Sarney se licencie do cargo durante as investigações, Raupp afirmou que o afastamento seria um

prejulgamento.

A nota do PTB em favor da permanência de Sarney foi lida no Plenário à noite por Mozarildo Cavalcanti (RR). Segundo a nota, sob a presidência de Sarney, a Mesa vem realizando esforços para tornar mais transparente a estrutura do Senado.

O PT, reunido ontem à noite, transferiu para hoje sua decisão sobre o caso, que será tomada depois de encontro com o presidente do Senado.

DEM afirma que busca a isenção nas investigações

O líder do Democratas, senador José Agripino (RN), comunicou ao Plenário que seu partido decidiu propor, por unanimidade, o afastamento do presidente do Senado Federal, José Sarney, até que as investigações sobre irregularidades administrativas na Casa sejam concluídas.

Na avaliação de Agripino,

não bastaria a participação da Polícia Federal e do Ministério Público para dar credibilidade às apurações, sobretudo por envolverem o neto do presidente da Casa José Adriano Cordeiro Sarney, cuja empresa é investigada por indícios de favorecimento em operações de crédito consignado.

— Tenho muito apreço pelo

presidente do Senado, mas tenho mais apreço ainda pela instituição a que pertenço. Nosso propósito é garantir isenção às investigações. A atitude que tomamos não foi por gosto, mas para sintonizarmos com a opinião pública e com o princípio da legalidade — disse Agripino ao final da reunião da bancada do Democratas.



Senadores do DEM e deputado Rodrigo Maia (2º à esq.) discutem posição

PSDB considera permanência inviável

O PSDB considera "absolutamente inviável" a permanência do senador José Sarney à frente da Presidência do Senado Federal. Ao fazer essa afirmação da tribuna do Plenário, o líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM), pediu o afastamento do presidente pelo tempo necessário para que as investigações em curso sejam aprofundadas.

— Não peço a renúncia — o presidente Sarney foi eleito legitimamente —, mas peço, em nome do meu partido, que se licencie para dar caráter de efetiva

isenção às investigações nesta Casa; para que as investigações tenham princípio, meio e fim, e que o fim seja aquilo que todo democrata quer: a inocência registrada nos inocentes e a culpa registrada nos culpados — declarou.

Arthur Virgílio voltou a afirmar que o ex-diretor-geral da Casa Agaciél Maia montou uma "central de chantagem" que está provocando temor em alguns senadores. Também rechaçou a possibilidade de ceder diante de qualquer intimidação.



Tenório (E), Mário Couto, Marconi, Lúcia Vânia, Alvaro, Flexa Ribeiro, Azeredo, Virgílio e Papaléo

PDT quer licenciamento até que fatos sejam esclarecidos

O líder no PDT no Senado, Osmar Dias (PR), comunicou ao Plenário que sua bancada aprovou, por unanimidade, proposta recomendando a Sarney que se licencie do cargo enquanto estiver em andamento o processo de apuração de irregularidades. Segundo disse, seu partido considera que, ao licenciar-se da Presidência, Sarney permite que a investigação se dê de forma isenta, sem nenhuma influência que possa colocar em dúvida seu resultado.

— Nós estamos pedindo a licença, e não a renúncia, até que todos os fatos sejam esclarecidos — frisou.

Cristovam cobra unidade para tirar Senado de crise

Ao celebrar o 15º aniversário do Plano Real, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Senado precisa aprender uma lição com a equipe comandada pelo então ministro da Fazenda, Pedro Malan.

— Por que não conseguimos fazer o mesmo em relação ao Senado? Por que não conseguimos aqui uma unidade para tirar o Senado da crise? Por que fomos capazes de fazer o impossível de construir uma moeda estável por meio de governos de partidos tão diferentes e não conseguimos fazer o que é necessário para retirar o Senado dessa situação?

Proposta de comissão enfrenta resistência

O PSDB sugeriu a licença do presidente do Senado e a criação de um grupo de senadores com o fim de apontar soluções para a crise da Casa, segundo afirmou Sérgio Guerra (PSDB-PE), salientando que discutiu a questão com José Sarney.

Presidindo a sessão deliberativa, o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, que também é do PSDB, demonstrou insatisfação com a ideia. Marconi e o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), disseram que essa sugestão poderia ser entendida como um golpe contra a atual Mesa diretora.



Ivan Valente (E), Luciana Genro, Chico Alencar, Heloisa Helena e José Nery na Secretaria-Geral da Mesa

PMDB defende permanência do senador no cargo

Valdir Raupp (PMDB-RO) leu da tribuna carta em que a bancada de seu partido na Casa defende José Sarney e manifesta apoio integral à apuração de todas as denúncias de irregularidades, como forma de preservar a imagem da instituição perante a sociedade. O documento é assinado por 17 dos 19 integrantes do PMDB.

Na carta, o partido lembra as medidas já adotadas pela Mesa para a apuração das denúncias, como a abertura de sindicância interna e de inquérito na Polícia Federal, normatização do pagamento de horas extras, regulamentação no uso de cotas de passagens aéreas, auditoria nos contratos e na folha de pagamento, recadastramento de todos os servidores e criação do Portal da Transparência com acesso universal.

Após a leitura da carta, Raupp voltou a criticar a proposta de afastamento

temporário de José Sarney da Presidência do Senado.

— Estaríamos fazendo um prejulgamento, sem direito a defesa. Por que não inverter e dar 60 dias para que Sarney possa comprovar sua inocência?

Raupp disse que, pela primeira vez na história do Senado, a PF está sendo requisitada para fazer investigação na Casa.

— O bom senso nos aconselha, neste momento, a serenidade e a sensatez para evitar o erro de julgar alguém sem nenhuma prova. Esse é o pensamento do PMDB. Gostaria que outras bancadas fizessem essa reflexão — frisou.

Em discurso feito antes, defendendo a permanência de Sarney à frente da



Raupp (dir., ao lado de Renan) leu carta de apoio da bancada no Senado

Casa, Raupp afirmou que o senador não pode ser responsabilizado pela crise que atinge a instituição.

Ele lembrou que, quando Sarney tomou conhecimento das denúncias, determinou as providências necessárias para a punição dos responsáveis.

— Não existe renúncia ou afastamento por 60 dias. Vamos esperar as apurações. E aí, se ele tiver responsabilidade, vamos pedir o afastamento definitivo — disse o senador.

PTB mantém apoio, comunica Mozarildo

Durante o processo de votações de ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário nota oficial da bancada do PTB no Senado na qual o partido reafirma o apoio ao presidente da Casa, José Sarney, e aos demais integrantes da Mesa. Na nota, a bancada ressalta que a Mesa do Senado adotou imediatamente todas as providências necessárias à apuração dos fatos e das responsabilidades em relação às recentes denúncias da imprensa contra o Senado e os senadores.

O PTB, disse Mozarildo, mantém o apoio

a todos os integrantes da Mesa e reafirma que o presidente Sarney e os demais integrantes da Comissão Diretora estão se esforçando para que a Casa seja mais transparente e tenha uma gestão mais racional.

Para a bancada do PTB, Sarney e a Mesa já tomaram providências satisfatórias, como a redução de gastos do Senado, a abertura de inquéritos e sindicâncias internas, e o pedido de participação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União nas investigações.

PT anuncia hoje sua posição, diz Mercadante

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), anunciou que os integrantes do partido pretendem se reunir na manhã de hoje com José Sarney, para só então decidir qual a posição da legenda quanto à situação do presidente da Casa. Ele deu a informação na noite de ontem, após reunião com os outros senadores do partido — apenas Delcídio Amaral (MS) não participou do encontro.

— O PT anuncia amanhã [hoje] sua posição — disse Aloizio Mercadante.

O parlamentar também informou que o PT vai sugerir a criação de uma comissão com o objetivo de "promover uma profunda reforma no Senado Federal, o que incluiria uma 'lei de responsabilidade fiscal' para a Casa e o fechamento de algumas de suas estruturas".

Essa comissão, acrescentou Mercadante, seria formada por senadores, "que representariam os blocos partidários", e funcionários da Casa, "principalmente consultores".

Ideli é contra "personalizar" crise na Casa

Ideli Salvatti (PT-SC) discordou ontem da estratégia de responsabilizar senadores ou partidos, individualmente, por irregularidades cometidas no Senado nos últimos 15 anos. De acordo com a senadora, as denúncias de corrupção e concessão de privilégios devem ser objeto de uma profunda investigação para que se descubra de quem foi a culpa.

— Não é nada recente, não é nada novo. É tudo muito antigo e tudo a muitas mãos, porque nada chega ao ponto que está

para produzir esse tipo de manchete, cada uma mais cabeluda, pior do que a outra, se não tivesse tido a participação de muitos, de muitas, de muitas mãos. Por isso é que eu fico um pouco incomodada quando vejo a tendência a personalizar um problema que é da estrutura deste Poder — analisou a senadora.

Ideli reagiu contra a estratégia que chamou de "tira, tira, tira", referindo-se a propostas para que o presidente do Senado, José Sarney, renuncie ou se licencie do cargo.



Para Ideli, irregularidades apontadas tiveram participação de muitas mãos

Tião Viana elogia projetos do governo Binho Marques

Ações e projetos de desenvolvimento realizados pelo governo de Binho Marques no Acre foram elogiados por Tião Viana (PT-AC). O senador citou a adoção de medidas nas áreas de saúde, educação, produção agroflorestal sustentável e inclusão digital efetivadas em vários municípios que não têm orçamento próprio para investimentos. Essas cidades, segundo Viana, apresentam grande deficiência em termos de oportunidade de inclusão social e política, de geração de renda e inclusão econômica.

— O governador tem olhado com sensibilidade e cuidado para esses municípios com o objetivo de promover a inclusão e o desenvolvimento local — disse.

Só no programa ProAcre, acrescentou Viana, estão sendo aplicados cerca de R\$ 300 milhões para a criação de vagas na



Viana destaca medidas nas áreas de saúde, educação e inclusão digital

educação infantil, nos ensinos fundamental e médio e na alfabetização de adultos.

Tião Viana manifestou o seu orgulho "com essa política de investimentos, feitos com zelo pelos recursos públicos, de maneira séria, com arrematação de equipe técnica capaz de elaborar os melhores projetos".

Mesquita Júnior destaca união das oposições no Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) relatou ontem ao Plenário sua participação na Caravana da Mudança, grupo formado por integrantes do PMDB, PSDB, DEM, PPS, PSL, PMN e PTDoB, que, no sábado, visitou três municípios do estado do Acre. O senador disse que o grupo esteve em Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia conversando com as lideranças políticas. Mesquita Júnior informou que essa é a primeira vez, no estado, que os partidos de oposição ao atual governo se reúnem em torno de um mesmo propósito.

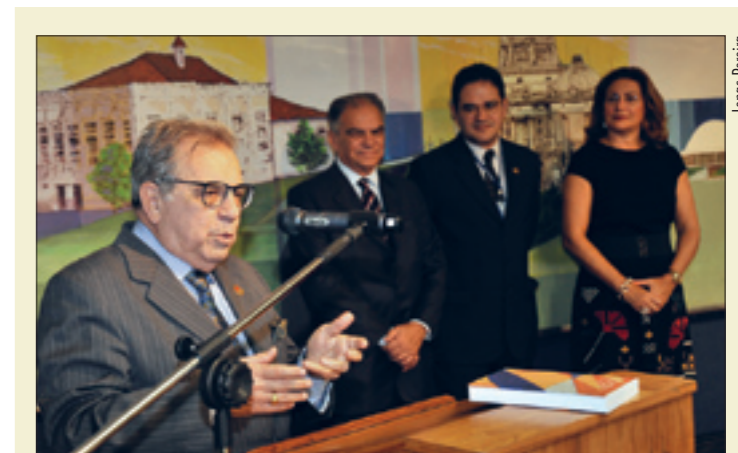
— Eu percebo a compreensão de que não há outro caminho senão a união das oposições no estado, com um projeto bem claro e definido, que deve ser proposto ao povo acreano, ansioso por mudanças — frisou.

O senador disse que, na elaboração do projeto a ser apresenta-



Mesquita Júnior: "atual governo deu as costas ao produtor rural"

do à população, pretende incluir programas de atenção especial aos pequenos produtores rurais. Ele acusou o atual governo do Acre de ter dado as costas a essa categoria. Segundo afirmou, seu estado perdeu a capacidade de autossuficiência na produção de alimentos e, hoje, compra arroz de Goiás, leite de Rondônia e feijão da Paraíba.



Carlos Fernando Mathias (E), Jerônimo Moscardo, Haroldo Tajira e Simone Bastos

Livro sobre a história do Poder Judiciário é lançado no Senado

O livro *Notas para uma história do Judiciário no Brasil* foi lançado ontem na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado. De autoria do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e vice-reitor acadêmico da Unilegis, Carlos Fernando Mathias, a obra registra fatos sobre a construção da Justiça no Brasil. "Trata da trajetória do Poder Judiciário desde a primeira missa celebrada em terras brasileiras por

um antigo desembargador do Paço, em Lisboa, até os nossos dias", resumiu o autor.

Mathias lembrou a passagem da adoção da repercussão geral e das súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também destacou a participação, na elaboração da obra, dos ministros do STF Ellen Gracie e Gilmar Mendes, e de Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores.

Genildo Magalhães

Genildo Magalhães

Josias Pereira



Kátia Abreu defende equilíbrio entre preservação e produção de alimentos

País não precisa desmatar mais, diz Kátia Abreu

Os produtores rurais se recusam a discutir a questão ambiental desatrelada da produção de alimentos, afirmou Kátia Abreu (DEM-TO). Segundo a senadora, a preservação ambiental é necessária, mas é preciso que o país possa garantir a produção de alimentos para a população.

Kátia Abreu classificou como desmatamento a ação dos que "arrancam a cobertura original [da vegetação] e largam as terras ao vento", dizendo que não foi isso que os agricultores brasileiros fizeram. "Substituímos a cobertura original por empregos, por exportação, por produto interno bruto", afirmou.

De acordo com a senadora, a agricultura é, hoje, o único setor da economia brasileira que mantém a balança comercial superavitária. Ela ressaltou que a questão ambiental é uma preocupação mundial, que envolve a todos, e sua importância não está apenas no que se relaciona à manutenção da vida hoje, mas, principalmente, na sua preservação para as gerações futuras.

Kátia Abreu defendeu a preservação pelo Brasil de 53% de cobertura original, como é hoje, desde que mantenha os outros 47% destinados à produção de alimentos. Ela sugeriu mudanças no Código Ambiental que facilitem a produção de alimentos e afirmou que isso não significa incentivo ao desmatamento. A senadora disse que a proposta dos produtores agrícolas contempla o desmatamento zero, bem como a recomposição e regularização das áreas de produção.

– Não vamos mais desmatar, não precisamos mais desmatar. O que temos hoje, aplicando tecnologia, é suficiente para aumentar a produção de comida. Vamos recompor as matas ciliares e trazer os serviços ambientais para compensar aqueles produtores que querem preservar o meio ambiente – assinalou.

Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos permitirá aos operadores do agronegócio colocar títulos específicos no mercado nacional, de forma direta ou mediante leilões públicos, negociáveis em bolsas de mercadorias

Projeto "dribla" baixa oferta de crédito para agronegócio

AS COOPERATIVAS DE crédito agrícolas e agroindustriais, as associações de produtores rurais e demais empresas que operam no setor agroindustrial poderão ser autorizadas a emitir títulos da dívida de agronegócios. Essa possibilidade foi aberta pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a aprovação de projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR).

A proposta (PLS 369/03) foi acolhida pela CAE com emenda apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A iniciativa permitirá aos operadores do agronegócio colocar títulos específicos no mercado nacional, de forma direta ou mediante leilões públicos, negociáveis em bolsas de mercadorias e com opções

de resgate tanto em moeda corrente como pela entrega de produtos *in natura*, neste caso se o investidor for comprador da cadeia de produção. Essa última possibilidade de resgate foi aberta com a aprovação da emenda da CRA.

Segundo o relator na CAE, Gilberto Goellner (DEM-MT), os recursos oriundos das emissões dos papéis terão por finalidade incrementar o financiamento de expansão da produção, especialmente das cadeias produtivas do setor, melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro das respectivas atividades.

O projeto estabelece ainda que os títulos da dívida de agronegócios terão prazo de resgate

de até três anos e serão emitidos na modalidade nominativa, negociável e transferível com endosso. Na opção de liquidação dos títulos pela entrega de produtos agropecuários *in natura*, será considerada a média de preços dos respectivos produtos apurada no semestre anterior ao de vencimento dos títulos.

O PLS 369/03 vem, segundo Goellner, driblar a baixa disponibilidade de crédito para o setor em relação ao produto interno bruto (PIB), situação que eleva o custo financeiro dos negócios em geral. Assim, o lançamento de mecanismos creditícios competitivos e destinados a ampliar fontes de financiamento ao setor produtivo vem ajudar a superar esses entraves.



Em reunião presidida por Garibaldi, CAE acata proposta que permite lançamento de títulos da dívida de agronegócios no mercado

Aprovados na CAE empréstimos para quatro estados

Autorizações de empréstimos externos para São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco e Rio de Janeiro foram acolhidas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Também receberam aprovação pedidos de urgência para votação em Plenário das quatro mensagens do Senado com essas autorizações.

A mensagem que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 71,5 milhões e com garantia da União, entre o governo do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) foi relatada por Ideli Salvatti (PT-

SC). Esses recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas do Espírito Santo – Projetos Águas Limpas II.

O empréstimo autorizado para o governo de São Paulo, no valor de até US\$ 194 milhões, deverá ser feito no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A operação vai ajudar a financiar o Programa de Recuperação de Rodovias de São Paulo, etapa III. A mensagem foi relatada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP), a terceira mensa-

gem trata da autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Recife e o Bird no valor de até US\$ 32,76 milhões. Essas verbas irão financiar parcialmente o Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife – Capibaribe Melhor, beneficiando cerca de 80 mil pessoas.

Por fim, a CAE aprovou a mensagem relatada por Neuto de Conto (PMDB-SC) que autoriza o governo do Rio de Janeiro a contratar empréstimo com o Bird no valor máximo de US\$ 211,7 milhões para financiamento parcial do Programa Estadual de Transportes – PET II.

CCJ aprova piso de R\$ 930 para agente de saúde

Proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) institui piso salarial nacional de R\$ 930 para os agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias com formação profissional em nível médio.

Segundo o PLS 196/09, de Patrícia Saboya (PDT-CE), União, estados, Distrito Federal e municípios ficam impedidos de pagar salário mensal abaixo desse valor para os agentes, considerando jornada máxima de 40 horas semanais.

Pelo texto, o piso será implantado de forma progressiva e proporcional. O projeto, que agora seguirá para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), também prevê correção anual do piso pelos índices oficiais de inflação do ano anterior. Relatada por Cícero Lucena (PSDB-PB), a matéria cria, para a União, a obrigação de transferir recursos de seu orçamento a fim de garantir condições para que os demais entes da Federação cumpram o piso salarial.

Audiência pública debaterá política de desonerações

Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos realizará um balanço dos resultados das medidas de desoneração tributária instituídas pelo governo, desde o ano passado, como parte do pacote de medidas para enfrentamento dos efeitos internos da crise global. Em data ainda a ser definida, o debate foi aprovado ontem, por sugestão de Ideli Salvatti (PT-SC).

Na mesma reunião da CAE, foram acolhidos outros dois requerimentos de audiências. Uma delas deverá discutir a política de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial referente aos terrenos de marinha, a partir de projeto do senador Almeida Lima (PMDB-SE) em pauta na Comissão de Justiça (CCJ), com novo ordenamento para esses terrenos. A outra audiência, proposta por Jefferson Praia (PDT-AM), deverá discutir critérios de proteção ambiental exigidos para a concessão de financiamentos pelas instituições financeiras oficiais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Na sessão especial, Paulo Paim (E), Mão Santa, Carlos Lupi, Sarney e Toffoli

Senadores destacam importância dos servidores para a sociedade

A importância dos funcionários públicos para a sociedade brasileira foi destacada ontem em Plenário, durante sessão especial em homenagem à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), pelos 50 anos de atuação. O presidente do Senado, José Sarney, observou que muitos funcionários trabalham anonimamente para a construção do setor público no país.

Ao destacar a luta da CSPB, Sarney afirmou que foram grandes as conquistas da entidade ao longo de sua história. Agradeceu o diploma de mérito Machado de Assis, concedido a ele pela entidade, lembrando que o escritor que dá nome à honraria foi também servidor durante toda a sua vida, sem achar que isso o diminuísse.

O autor do requerimento para a homenagem, Paulo Paim (PT-RS), também agraciado com o diploma, disse que o seu partido tem consciência de que os servidores públicos são agentes a serviço da população e parceiros na construção de um novo modelo brasileiro.

Paim afirmou ser fundamental a regulamentação do direito de greve do servidor público – um dos 142 dispositivos da Constituição pendentes de nor-

matização.

Por sua vez, Marcelo Crivella (PRB-RJ) assinalou que “os que pregam a privatização do Estado são normalmente os que não necessitam de serviços públicos, direcionados, sobretudo, aos mais pobres”.

Mão Santa (PMDB-PI) disse ter começado a entender a grandeza dos servidores públicos quando estudou Medicina na Universidade Federal do Ceará. Inácio Arruda (PCdoB-CE) salientou ser favorável à contratação de servidores para as áreas de educação e de saúde. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou não ver outro caminho para o futuro a não ser o prestígio crescente do setor público.

Presente à sessão, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, considerou que o servidor é a base da nação e lembrou que o presidente Lula reafirmou o compromisso de conceder reajuste a esses profissionais. O presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, entregou a Sarney uma relação de projetos que a entidade deseja ver aprovados pelo Congresso.

Também participaram da homenagem o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, e delegações de servidores.



Senador denuncia irregularidades no pagamento de seguro-desemprego

Mário Couto aponta fraude em benefício para pescadores

O senador Mário Couto (PSDB-PA) denunciou em Plenário a ocorrência de fraudes na aplicação dos recursos públicos destinados ao pagamento do seguro-desemprego de pescadores no período de defeso em vários municípios. Informando o recebimento, por seu gabinete, de denúncias frequentes sobre o problema, Mário Couto solicitou providências urgentes ao ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin.

– A situação é mais gravosa em razão de pessoas não ligadas à pesca estarem sendo, de forma fraudulenta, cadastradas como pescadores, por presidentes das colônias de pesca, para receberem o referido recurso – disse.

Suplicy pede que CRE condene golpe em Honduras

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprove uma moção de repúdio ao golpe sofrido pelo presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Ele disse que o Senado não pode se omitir no caso, lembrando que o presidente Lula já condenou a derrubada de Zelaya. O parlamentar informou ainda que a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas pediu ontem o retorno do presidente hondurenho.

Suplicy informou ter participado da entrega, ao embaixador de Honduras em Brasília, Victor Manuel Lozano, de manifestos assinados por cerca de 40 organizações e movimentos sociais do Brasil.

Comissão de Educação aprova diversas propostas, entre as quais a que preserva de cortes ações sociais nas áreas de educação, saúde e assistência

Projeto estimula formação de profissionais de audiovisual

OS PROJETOS DE atualização e aprimoramento de profissionais da área audiovisual – como operadores de câmera e de áudio – poderão ser beneficiados por recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A possibilidade está prevista no Projeto de Lei do Senado 332/06, de autoria do então senador Roberto Saturnino, aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto modifica a Lei Rouanet (8313/91) para incluir os projetos de atualização profissional entre os que podem ser beneficiados pelo Pronac. Em seu voto favorável, a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), observou que o recente crescimento do cinema nacional não tem sido acompanhado de um esforço de formação dos técnicos que trabalham no setor.

A comissão aprovou também o Projeto de Lei do Senado 31/09, de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que preserva de cortes ações sociais nas áreas de educação, saúde e assistência, mesmo quando prefeituras e governos estaduais responsáveis por essas ações estejam em inadimplência com o governo federal. O relator do projeto, Cristovam Buarque (PDT-DF), e o presidente da CE, Flávio Arns



Marisa Serrano (D) apoiou proposta do então senador Roberto Saturnino

(PT-PR), elogiaram o projeto e afirmaram que a população pobre não poderia ser prejudicada. A matéria será analisada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Receberam ainda pareceres favoráveis uma emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 218/06, que trata do fornecimento de informações escolares a responsáveis de alunos, e o Projeto de Lei da Câmara 13/09, destinado a fixar critérios para a instituição de datas normativas.

Cidadania

Em decisão terminativa, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado 20/09, de Papaléo Paes (PSDB-AP), que institui o Dia Nacional da Cidadania. Ao defender a sua proposta, o senador prestou solidariedade aos servidores do Senado, que, a seu

ver, têm sido “sacrificados diante da opinião pública”, após a divulgação de irregularidades na administração da Casa.

Foi também aprovado, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado 422/08, de Raimundo Colombo (DEM-SC), que institui o Dia Nacional do Suinocultor. Também em decisão terminativa foram acolhidos os Projetos de Lei do Senado 447/08, 448/08 e 417/08, todos de Flávio Arns, que autorizam o Poder Executivo a criar escolas técnicas federais em Nova Tebas, Rio Negro e Loanda, no Paraná. A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, os projetos de lei destinados a criar centros federais de educação tecnológica em Catolé do Rocha (PB), Valença do Piauí (PI) e Sinop (MT), além de escolas técnicas federais em Ibaiti (PR) e Campina da Lagoa (PR).

Lançado portal de informação legislativa e jurídica

O Senado lançou ontem a Rede de Informação Jurídica e Legislativa – LexML Brasil –, que consiste em um portal na internet com a sistematização e organização de bases de dados de diversos órgãos dos três Poderes. Na ocasião, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou, em nome do presidente José Sarney, que o LexML “nasce grande” em seu objetivo de prover mecanismos de busca de informações, de forma simples e organizada.

– Essa é uma nova era no tratamento de documentos jurídicos e legislativos – observou.

Para Marconi, a estruturação de documentos em padrões recomendados internacionalmente, proporcionada pelo LexML, insere o Brasil na comunidade de informação global, possibilitando a troca de dados com outros países, em especial os membros do Mercosul. Permite também à sociedade brasileira, conforme o senador, manter-se informada e ciente de seus deveres e obrigações.

O LexML reúne leis, projetos de lei, súmulas, resoluções, acórdãos e jurisprudências, entre outros documentos de órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal. Segundo João Lima, analista de informação legislativa da Secretaria Especial de Informática do Senado (Pro-



José Antônio Dias Toffoli (E), Marconi Perillo, Jorge Hage e Ubiratan Aguiar

dasen) e um dos idealizadores do portal, o LexML começa a operar com mais de 1 milhão de documentos.

– Os documentos de Senado e Câmara aparecem de forma unificada – explicou.

Transparência

Jorge Hage Sobrinho, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), presente à cerimônia, afirmou que a transparência ocupa atualmente o centro da agenda brasileira, dando ao país reconhecimento internacional. Por essa razão, disse, em referência ao portal, “num sistema de busca por palavra-chave, a palavra-chave hoje é transparência”.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Milton de Moura França, convidado para o evento, destacou que o lançamento do portal é “um momento significativo para

uma das vertentes da cidadania – o direito à informação”. Ele informou que o TST já incluiu 800 mil documentos no LexML.

José Antônio Dias Toffoli, advogado-geral da União, salientou o diferencial do portal como “ferramenta fidedigna”, formada pela base de dados de cada um dos órgãos da administração pública, proporcionando segurança para administradores e administrados.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar, por sua vez, avaliou que o Estado brasileiro reúne hoje condições para tratar de problemas como fraudes, desperdícios de recursos públicos e corrupção. Já o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alexandre Atheniense, destacou o papel do Poder Legislativo na promoção da democratização da informação.

Especialistas defendem incentivo ao emprego da energia solar

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debateu ontem a ampliação da energia solar na matriz energética do país. Para o representante do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, usar a radiação do sol para aquecimento de água, em substituição ao chuveiro elétrico, é uma solução perfeitamente competitiva, mas há necessidade de subsídios governamentais para incentivar a compra dos equipamentos, que ainda são caros.

No entanto, ressaltou Ventura, gerar energia elétrica a partir da energia solar ainda não é economicamente competitivo, seja pela opção heliotérmica (com o calor solar), seja por placas fotovoltaicas (com a luz do sol). Segundo ele, a energia produzida com essas tecnologias custa entre US\$ 300 e US\$ 500 o quilowatt/hora, enquanto a de fonte hidrelétrica custa menos de US\$ 100.

O representante do Greenpe-

ace, Ricardo Baitelo, afirmou, porém, que a tendência, em futuro próximo, é de paridade tarifária, pois o preço da energia solar está caindo e o Brasil é um país privilegiado em relação a incidência solar ou produção de ventos. Para ele, as energias solar e eólica são ideais porque reduzem a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera. Ele sublinhou a necessidade de o governo conceder incentivos para construção e instalação de painéis para energia solar.

O representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Máximo Luiz Pomper Mayer, destacou projetos governamentais para substituir o chuveiro elétrico por placas solares, com investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões, para uso em creches, asilos e residências de baixa renda.

A audiência da CMA foi realizada a pedido do senador Jefferson Praia (PDT-AM), que defendeu a ampliação da energia solar na matriz energética.



Baitelo (E), Ana Maria, Ventura, senador Casagrande, Pomper Mayer e Siqueira na CMA

Senadores criticam construção de mais usinas termelétricas

No debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre energia solar, César Borges (PR-BA) observou que o planejamento energético do Brasil, para os próximos dez anos, pressupõe a construção de 40 termelétricas no Nordeste. Ele disse que isso é um absurdo e defendeu uma política de energia solar, ou de outro tipo, para se contrapor a essa opção, muito poluente.

O senador lembrou que as tecnologias se desenvolvem rápido, como foi o caso da energia eólica, que não era competitiva há dez anos e hoje é uma opção rentável.

Marina Silva (PT-AC) também manifestou preocupação com a composição da matriz energética brasileira até 2020, que privilegia o uso de termelétricas. Ela afirmou que o potencial de energia solar é incontestável, mas os questionamentos sobre segurança do sistema de abastecimento e necessidade de investimentos têm afastado essa solução.

A representante da Zona Franca de Manaus, Ana Maria de Souza, salientou que os estados

do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima têm sistema de energia elétrica isolado do sistema nacional, proveniente de termelétricas. Isso é problemático, disse, pois representa um gargalo no fornecimento nacional.

Biomassa

Para o senador João Pedro (PT-AM), a Zona Franca de Manaus pode liderar o debate sobre a utilização da biomassa como subproduto das madeiras. Ele explicou que o óleo diesel é caro e difícil de ser transportado às comunidades mais isoladas. Lembrou o exemplo da cidade de Itacoatiara (AM), de 85 mil habitantes, que obtém sua energia elétrica por meio do manejo florestal, cujo subproduto é a biomassa.

Mozart Siqueira, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), defensor do uso da energia solar, assinalou que é necessário gerar competência técnica para produzir energia de forma econômica e protegendo o meio ambiente.

Projeto permite a produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste refinanciar débitos, com adequação de prazos, de 70% do valor das garantias ou 40% do saldo devedor



Valter Pereira (E) preside reunião da Comissão de Agricultura: também aprovado auxílio em caso de adversidade climática

Comissão aprova renegociação de dívidas rurais

PRODUTORES RURAIS DAS regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tomaram financiamentos com recursos dos fundos constitucionais poderão ter suas dívidas renegociadas, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Pelo projeto, a renovação obedecerá a prazos, encargos financeiros e demais condições aplicáveis aos financiamentos, admitindo-se, entretanto, a adequação do prazo, de forma a compatibilizar a recuperação do empreendimento.

As dívidas, de acordo com a proposta (PLS 174/07), poderão ser renovadas por montante correspondente ao menor dos seguintes valores: 70% do valor de avaliação das garantias ou 40% do saldo devedor.

O projeto, do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) e relatado por Gerson Camata (PMDB-ES), também obriga os fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), enquanto não for implantado o seguro agrícola, a procederem a anistia das parcelas de operações de crédito rural, em períodos de adversidade climática reconhecida por ato do Executivo, nas seguintes condições: 70% do valor da parcela nas operações de até R\$ 50 mil contratados por mini, pequenos e médios produtores; e de 50% do valor da parcela nas operações acima de R\$ 50 mil.

A matéria segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votada em caráter terminativo.

Isenção de IPI pode beneficiar agricultor familiar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a veículos de carga usados por agricultores familiares, bem como por suas cooperativas e associações.

De acordo com a proposta (PLS 589/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a isenção do IPI somente será utilizada uma vez pelo produtor, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos ou ainda em casos de destruição completa ou de seu desaparecimento por furto ou roubo.

Segundo o relator, Augusto Botelho (PT-RR), o projeto, caso vire lei, beneficiará cerca de 80% dos produtores rurais brasileiros. A proposta segue agora para exame, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Mudança na regra sobre propriedade produtiva

Proposta que modifica parâmetros, índices e indicadores de produtividade de estabelecimentos rurais, utilizados em processos de desapropriação de terras rurais, foi acolhida ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), mediante substitutivo. O texto altera a Lei 8.629/93, que regulamenta norma constitucional referente à reforma agrária no país.

Conforme o substitutivo apresentado pela relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), ao projeto (PLS 202/05) de Lúcia Vânia (PSDB-GO), propriedade produtiva passa a ser aquela que atinge grau de eficiência na exploração, segundo parâmetros, índices e indicadores fixados pelo órgão federal competente.

Pela legislação atual, para ser considerada produtiva, a propriedade deve apresentar, além

CRA discutirá questão de frigoríficos no Pará

Integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária estarão amanhã em Belém para discutir, em audiência pública, a situação dos frigoríficos locais. O setor enfrenta embargo de grandes redes atacadistas, motivado por decisão do Ministério Público do Pará de responsabilizar frigoríficos e fazendeiros do estado pelo desmatamento da Amazônia.

A senadora Kátia Abreu disse que a crise do setor no Pará começa a se estender para outros estados, como Rondônia. A seu ver, o problema só será resolvido com a alteração do Código Florestal, que trata da regulamentação das áreas de produção.

votada em turno suplementar na CRA, seguindo então para exame na Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

de eficiência na exploração, determinado nível de utilização da terra, definido de acordo com índices fixados por órgão federal.

De acordo com o substitutivo, serão estabelecidos prazos de dois anos, em caso de culturas temporárias, e de cinco anos, em caso de culturas perenes e de exploração pecuária, para a adaptação das propriedades rurais à nova legislação.

Caberá ao Congresso aprovar os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, que serão ajustados, periodicamente, pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrária. A proposta será

Auditoria do TCU em obras na BR-319

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) para a realização de auditoria financeira e operacional,

pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). O alvo são as obras de pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). Em sua

justificação, Marina argumenta que a obra não trará retornos para a sociedade que justifiquem o emprego dos recursos públicos, conforme exige a legislação.

A CMA também aprovou re-

querimento de João Pedro (PT-AM) para realização de audiência para discutir a recuperação da mesma rodovia, uma obra do governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).